



MUNICÍPIO DE MURÇA
CÂMARA MUNICIPAL



CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

“Aquisição de serviços de formação, consultoria nas áreas de administração geral, urbanismo e contratação pública ano 2019”

Entre

O **Município de Murça**, pessoa coletiva nº 506 862 763, com sede na Praça 5 de outubro – Murça, representado pelo Presidente do seu órgão executivo, Dr. Mário Artur Correia Lopes, no exercício de funções e nos termos da alínea f) do nº 2 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com domicílio [REDACTED], [REDACTED], detentor do Cartão de Cidadão nº 07921365, válido até 14/01/2020, contribuinte fiscal nº 210 826 827, adiante identificada como **Primeiro Outorgante**,

E

Marcelo Caetano Martins Delgado com residência [REDACTED], [REDACTED] portador do Cartão de Cidadão nº [REDACTED], com o NIF [REDACTED], emitido pela República Portuguesa, válido até 06/08/2020 que outorga na qualidade de representante legal, adiante designada por **Segunda Outorgante**.

Na sequência da adjudicação realizada por despacho datado de 24/01/2019 e da aprovação da minuta do contrato por despacho datado com a mesma data, ambos do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acordam em celebrar o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
(Objeto)

O presente contrato tem como objetivo dar apoio às várias divisões/serviços na área de consultoria de contratação pública, administração geral, urbanismo, bem como dar formação/informação aos colaboradores da autarquia sempre que necessário.

Cláusula 2ª
(Preço Contratual)

O preço contratual é de 14.400,00 € (catorze mil e quatrocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.



MUNICÍPIO DE MURÇA

CÂMARA MUNICIPAL



Cláusula 3ª (Prazo de Execução)

1. O prazo de execução da aquisição de serviços objeto do presente contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Cláusula 4ª (Condições de Pagamento)

1. Os pagamentos serão efetuados de acordo com a Cláusula 12ª do Caderno de Encargos.
2. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 dias, após apresentação da respetiva fatura.

Cláusula 5ª (Caução)

1. Nos termos do nº 2 do artigo 88º, do Decreto-Lei nº 18/2008 de janeiro, na sua atual redação, não é exigível a prestação de caução.

Cláusula 6ª (Produção de Efeitos)

O presente contrato produz efeitos retroativos ao dia dois de janeiro de dois mil e dezanove.

Cláusula 7ª (Fiscalização Prévia)

O presente contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do art.º 48º da Lei nº 98/97 de 26 de agosto, a qual vigora com as alterações da Lei nº 2/2012 de 6 de janeiro, conjugada com a disposição do artigo 255º da Lei nº 71/2018 de 30 de dezembro.

Cláusula 8ª (Classificação Orçamental)

O presente contrato será suportado por conta da verba inscrita no orçamento do corrente ano, cuja rubrica orçamental tem a seguinte classificação económica nº 020220, pela proposta de cabimento nº 2019/37, no valor de 14.400,00 (catorze mil



MUNICÍPIO DE MURÇA
CÂMARA MUNICIPAL



e quatrocentos euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor e pelo compromisso de despesa nº 2019/174.

Cláusula 9ª
(Gestor de Contrato)

Nos termos do nº 1 do art.º 290-A foi designado gestor de contrato, através do despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 15/01/2019, Mário José Pinto Sampaio, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que tem a função de acompanhar permanentemente e execução deste contrato.

Cláusula 10ª
(Documentos Integrantes do Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Constituem anexos do presente contrato os seguintes elementos:
 - a) Caderno de Encargos;
 - b) Ofício Convite;
 - c) Proposta do Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado do contrato, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados, salvo quanto os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101º, ambos do CCP.

Cláusula 11ª
(Documentos Arquivados)

Ficam arquivados no processo, além de outros, os seguintes documentos:

- Certidão emitida pelo serviço de Finanças de Chaves em 07 de dezembro de 2018, comprovativo do representado do segundo outorgante não ser devedor de quaisquer contribuições ou impostos ao estado, válida até 07/03/2019;
- Declaração emitida pela Segurança Social, comprovativa da representada do segundo outorgante possuir a situação regularizada perante a Segurança Social, emitida em 07 de dezembro de 2018 e válida até 07/04/2019;
- Certidão de Registo Criminais;
- Declaração conforme modelo do anexo II do CCP;
- BI/CC do representante legal



MUNICÍPIO DE MURÇA

CÂMARA MUNICIPAL



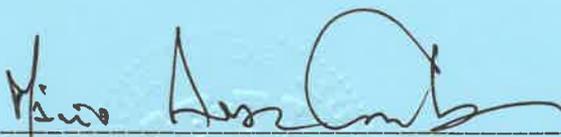
Cláusula 12ª (Omissões)

Em tudo o que for omissa no presente contrato será regulado pelas disposições do Código dos Contratos Públicos, alterações vigentes e demais legislação aplicável ao objeto do contrato.

Para os devidos efeitos, se elaborou o presente contrato em triplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes, e o outro para ser junto ao processo da obra, as quais lhe dão o seu pleno acordo e declaram aceita-lo nos precisos termos exarados, obrigando-se ao seu integral cumprimento.-----

Murça, 07 de fevereiro de 2019

O Primeiro Outorgante, _____


(Dr. Mário Artur Correia Lopes)

O Segundo Outorgante, _____


(Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado)



MUNICÍPIO DE MURÇA
CÂMARA MUNICIPAL

REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – CONSENTIMENTO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

“Aquisição de serviços de formação, consultoria nas áreas de administração geral, urbanismo e contratação pública ano 2019”

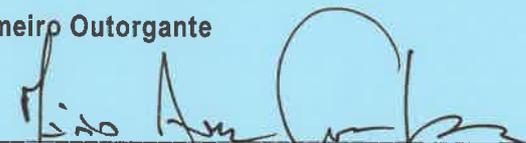
Considerando que:

- a) Nos termos do disposto no artº 6º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, (RGPD) é lícito o tratamento dos dados pessoais dos outorgantes do contrato supra identificado por se encontrar abrangido pelo cumprimento de uma obrigação legal (cfr. al. c) do nº 1 do referido artigo), mormente, pelo disposto nos artigos 465º e 127º, ambos do Código dos Contratos Públicos, que determinam a obrigatoriedade de divulgação dos contratos sujeitos à parte II do referido Código no Portal dedicado aos contratos públicos, denominado de “Portal Basegov”;
- b) No estrito cumprimento da al. b) do nº 1 do artº 6º do supra citado Regulamento, o tratamento dos dados pessoais dos outorgantes é ainda lícito, porquanto o seu tratamento torna-se necessário para a execução deste contrato.

Pretendem os outorgantes melhor identificados no referido contrato, prestar o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais com a finalidade específica de publicitação na íntegra do contrato no “Portal Base.gov”, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 6º e artigo 7º do RGPD.

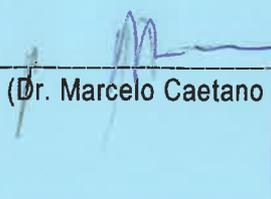
Murça, 07 de fevereiro de 2019

Pelo Primeiro Outorgante



(Dr. Mário Artur Correia Lopes – Presidente Câmara Municipal de Murça)

Pelo Segundo Outorgante



(Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado)